

A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso

Ana Regina Falkembach Simão¹

Resumo: Diante da crescente complexidade das relações internacionais no pós-guerra fria, o Brasil passou a buscar caminhos capazes de colocar o país em sincronia com os novos desafios do mundo globalizado, visando inseri-lo na nova ordem internacional que se mostrava em construção. Este estudo propõe analisar a política externa brasileira desenvolvida, sobretudo, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). Para isso o artigo será dividido em três momentos: a estabilidade econômica, a diplomacia presidencial e as políticas de inserção internacional.

Palavras-Chave: Política Externa, Diplomacia Presidencial, Governo Fernando Henrique Cardoso.

Abstract: Ahead of the increasing complexity of the international relations in the post Cold War period, Brazil started to search ways capable to place the country in tune with the new challenges of the globalized world, to insert it in the new international order in construction. This study analyses the developed Brazilian External Politics, over all, during the first government of Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). The article will be divided at three moments: the economic stability, the presidential diplomacy and the politics of international insertion.

Word-Key: External Politics, Presidential Diplomacy, FHC Government.

O Governo FHC e a estabilidade econômica

O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou sob o impacto da estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real. A chegada à presidência do Brasil de um político intelectual, poliglota e com razoável trânsito na política internacional sinalizava ao país a possibilidade de um futuro pródigo diante do ‘badalado mundo globalizado’. A estabilidade econômica que teve início após 1994, e que despertou visões otimistas com relação ao novo governo, se ampliava a medida em que eram estabelecidas relações com o passado próximo, cuja marca principal fora a grave crise econômica brasileira da década de 1980. Para o economista Bresser-Pereira, “a crise que a economia brasileira enfrentou nos anos de 1980 foi provavelmente a mais grave crise da história de seu desenvolvimento capitalista” (2003: 231).

¹ Doutora em História, com pesquisa na área de Relações Internacionais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Ciência Política da Universidade Luterana do Brasil e da Faculdade de Relações Internacionais da ESPM/RS.

Segundo Bresser-Pereira, durante a década de 1980 houve uma redução drástica na renda por habitante no Brasil. De 1930 a 1980, a renda do brasileiro teve uma taxa de crescimento em torno de 4% ao ano. No entanto, ao longo da década de 1980, este índice baixou para menos de 1% ao ano. Para o economista, esta redução não era acidental ou temporária, mas estava relacionada com a queda significativa dos investimentos do país: portanto, o Brasil estava diante de uma crise estrutural “cujos sintomas básicos eram a estagnação da renda por habitante e a drástica redução da capacidade de poupar e investir” (BRESSER-PEREIRA, 2003: 231-232).

Outro aspecto importante que também estava na esteira da crise dos anos de 1980, foi a dívida externa. O endividamento externo se transformou rapidamente num dos maiores problemas estruturais do país, resultando numa grave crise fiscal do Estado, fragilizando-o e inibindo futuros investimentos. Tal cenário de minimização dos investimentos, crescente inflação, instabilidade e baixo índice de crescimento econômico não caracterizou apenas a década de 1980. Marcaria, também, os primeiros anos da década de 1990, afetando os governos de Fernando Collor de Melo e início do governo de Itamar Franco. Conforme a análise de Bresser-Pereira, o governo de Fernando Collor de Melo daria início a um novo período da história econômica do Brasil, delineado pela onda liberal que vinha do hemisfério norte. Mas, o plano do jovem presidente, conhecido como Plano Collor – que capturou 70% das poupanças do setor privado do país – não obteve nenhum êxito.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, no governo de Itamar Franco, em junho de 1993, a inflação brasileira se encontrava acima dos 20% ao mês. No entanto, foi em dezembro de 1993, poucos meses depois do novo ministro e a nova equipe econômica terem assumido, que o plano de estabilidade econômica do Brasil começaria a ser gestado. Mesmo considerando o Plano Real um sucesso para a conquista da estabilidade econômica e financeira do Brasil, ao promover o fim da ciranda inflacionária, o programa, alguns meses depois de lançado, demonstraria resultados menos auspiciosos para o desenvolvimento do país: ao combinar câmbio baixo e altas taxas de juros, ele ocasionaria um processo de semi-estagnação econômica.

Em que pese o pequeno crescimento, a estabilidade proporcionada pelo Plano Real credenciou o ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a disputar e vencer a corrida presidencial de 1994, feito repisado com sua reeleição, em primeiro turno, na disputa de 1998. O sucesso do Plano Real - e a conseqüente estabilidade econômica - rendeu a presidência de FHC, a reconquista da credibilidade do governo pela sociedade brasileira e,

sobretudo, condições políticas de promover uma nova inserção do Brasil no contexto internacional.

Da diplomacia presidencial

Segundo o próprio Fernando Henrique Cardoso, em texto publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, em 2001, a política externa de seu governo foi orientada pela “democracia, estabilidade monetária e abertura de mercados”. No entanto, esta auto-definição é reavaliada pelo historiador Amado Cervo, que observa que política externa de FHC esteve mais preocupada, de fato, em corresponder às imposições internacionais, sobretudo dos Estados Unidos, do que em promover os interesses brasileiros, abrindo mão, desta forma, de desenvolver uma política externa própria.

Diferentemente de Fernando Collor de Melo que, de forma explícita, aderiu à agenda estabelecida pelo Consenso de Washington sem exigir compensações, Fernando Henrique Cardoso foi habilidoso e discreto em comungar com a nova agenda mundial. Evidentemente, o aprofundamento deste modelo de relações exteriores exigiu um ônus, que se expressou através da fragilidade ou, até mesmo, da ausência de uma política internacional própria, conforme assinalamos acima. Mas, tal ônus também pressupôs a necessidade de realizar reformas de Estado consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país.

Para cumprir esta agenda interna, Fernando Henrique Cardoso optou por realizar uma sólida aliança entre PSDB – partido de centro-esquerda identificado com os ideais da social-democracia – e o PFL, partido conservador que guardava em suas origens históricas a influência do coronelismo brasileiro.

No entanto, independe deste viés neo-conservador que o governo Fernando Henrique Cardoso possa ter traçado, tanto na condução da política externa como interna, sua respeitabilidade internacional, decorrente de uma sólida carreira acadêmica e a confiança interna conquistada, sobretudo, através da estabilidade econômica, possibilitariam ao presidente FHC as condições ideais para a edificação de um novo conceito de diplomacia. Denominada de ‘diplomacia presidencial’, a estratégia relegou o Ministério das Relações Exteriores a um papel secundário na formulação da política externa do país. Conforme o historiador Paulo Vinentini: “Ao MRE não restou senão se ocupar dos aspectos técnicos e burocráticos das iniciativas políticas e econômicas decididas fora do ministério e servir de bode expiatório por “não saber negociar””(VIZENTINI: 2003:94).

A diplomacia presidencial exercida por Fernando Henrique Cardoso foi importante para a expansão do Universalismo na política externa brasileira. Uma das marcas do Universalismo foi aprofundamento da presença do Brasil em várias áreas do mundo, sobretudo na América do Sul. Muito embora não tenhamos o interesse em realizar uma análise comparativa entre governos, cabe observar que João Figueiredo, que presidiu o Brasil de 1979 a 1985, também havia apostado numa política externa Universalista.

Há que se notar, contudo que, ao contrário de Fernando Henrique Cardoso, que procurou privilegiar as alianças com as grandes potências, o Universalismo desenvolvido pelo governo de João Figueiredo e Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores, se esforçava para manter a autonomia do Brasil, definindo-o como um país de Terceiro Mundo e comungando com o Movimento dos Países Não-Alinhados, mesmo não sendo membro pleno do Movimento, num momento em que o cenário internacional estava difícil em virtude da política conservadora orquestrada por Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Para Hélio Jaguaribe, a política externa de Figueiredo fundamentou-se em três premissas básicas: “[...] uma lúcida compreensão de realidade brasileira, [...] a clara identificação dos principais interesses do país no cenário internacional e [...] uma realista identificação e avaliação de nossos meios de ação, relativamente a nossos interesses e a nossas possibilidades” (JAGUARIBE, 1985:9).

Já o Universalismo proposto por Fernando Henrique Cardoso instaurou uma política externa delineada por quatro campos de atuação: possibilitar a integração regional, com o aprofundamento do Mercosul; diversificar os parceiros para as relações bilaterais; criar condições para o desenvolvimento de acordos multilaterais, a partir do apoio de organizações internacionais, em particular a OMC; buscar a elevação do Brasil à condição de potência internacional, tornando-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (VIZENTINI, 2003:94).

Seguindo a mesma perspectiva histórica, observa-se que no início da década de 1980, durante o ministério de Saraiva Guerreiro, foi desenvolvida a tese da dupla inserção brasileira no cenário mundial. Como resultado desta política, que se tornaria oficial no Itamaraty, o Brasil passou a se perceber como um país ocidentalista e terceiro-mundista. O Ministério das Relações Exteriores procurou articular diálogos distintos com diferentes nações, além de se esforçar para evitar o alinhamento automático. Para o Itamaraty, a política internacional não era “um contrato de adesão, mas um campo permanente de negociação e ajustamento recíproco de posições” (Oliveira, 2005:181). Portanto, o estabelecimento de estratégias de cooperação entre Sul-Sul, passou a ser um importante condutor da política externa brasileira

ao longo dos anos 1980. Esta proposta de inserção internacional não se fundamentava na idéia de substituição da relação Norte-Sul, mas sim na tentativa de reafirmar a complementaridade entre as nações consideradas em desenvolvimento.

A tese da dupla inserção tinha como premissa o estabelecimento de políticas comuns no plano internacional, que seguramente iriam além da criação de novos mercados econômicos. Buscavam o fortalecimento de fóruns multilaterais e a edificação de uma política externa autônoma. Esta linha de atuação, articulada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, teve continuidade com o governo de José Sarney. No entanto, a partir dos anos 1990, sobretudo com o governo de Fernando Henrique Cardoso, registra-se uma inflexão nesta política.

A nova inserção internacional

Para Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito num contexto de nova ordem mundial e de nova *pax* americana – onde os Estados Unidos emergem após o fim da guerra fria como única superpotência, reunindo força militar e hegemonia estratégica global –, a adesão a uma agenda internacional identificada com os interesses do FMI e do Banco Mundial se tornaria um desafio e um discreto desiderato de seu governo. Possivelmente para dar conta deste novo projeto de política externa, o presidente se empenhou em esvaziar o Itamaraty de suas funções clássicas, criando uma eficiente diplomacia presidencial. Diante da euforia dos anos 1990, o Itamaraty se tornara uma instituição resistente aos novos projetos de inserção internacional brasileira, atuando em favor da manutenção daquele projeto nacional-desenvolvimentista que se expressara através de políticas de inserção internacional baseada no ocidentalismo e terceiro-mundismo.

Para o novo governo, no entanto, o projeto de política externa que visava a conquista de um espaço autônomo da política internacional, valorizando a relação Sul-Sul como forma de fortalecer os interesses dos países em desenvolvimento, se tornaria inviável frente as recentes demandas políticas e econômicas internacionais, marcadas pela agressividade do setor comercial. Para Fernando Henrique Cardoso, tal projeto de inserção internacional de viés terceiro-mundista tinha como fundamento um conceito de Estado Empresário que estava “ultrapassado” e sem condições de dar respostas efetivas às novas necessidades locais, regionais e mundiais.

O tema da crise do Estado-Nação contava, então, com um vasto aporte conceitual e teórico construído por historiadores, cientistas políticos, economistas e analistas de relações

internacionais comprometidos com a onda neoliberal. Como exemplo, as obras de Francis Fukuyama, *o Fim da História e o Último Homem*, e de Samuel Huntington, *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Ambos os autores, guardadas as diferenças teóricas e de interpretação que os separam, – pois para Fukuyama o Estado se fragiliza diante do triunfo do liberalismo globalista enquanto para Huntington, o clássico Estado-Nação se decompõe frente às culturas supranacionais – concordavam com a tese de que o Estado perde espaço no mundo globalizado. As grandes questões da contemporaneidade não estariam relacionadas aos interesses nacionais, mas sim a outros paradigmas que se encontram acima do Estado. Contribuindo para este debate, o historiador Paul Kennedy, com a obra *Preparando para o século XXI*, observaria que o Estado mostrava-se grande demais para dar conta dos problemas locais e regionais e, por outro lado, pequeno para responder efetivamente às questões globais: assim, várias organizações não governamentais estariam ocupando o seu lugar.

Na esteira destas e de outras tantas reflexões sobre o novo papel do Estado-nação, os governantes dos países latino-americanos passaram a edificar políticas domésticas e externas que partiam do pressuposto de que o “fracasso” do Estado era absolutamente inevitável. Portanto, em crise, o Estado Desenvolvimentista e Empresário cedeu lugar para a criação de um modelo de Estado denominado de Normal. Conforme observa Amado Cervo (2008:78) “eliminar o Estado Empresário, privatizar os empreendimentos estatais, realizar superávit primário, proteger o capital e os investimentos estrangeiros e adaptar as instituições e a legislação de modo a produzir um novo marco regulatório”, seriam medidas importantes para se instituir o chamado Estado Normal. Como diriam os governantes latino-americanos da época: “*nosotros queremos ser normales*” .

Portanto, a adesão ao ideário do Estado Normal foi praticamente unânime entre os países latino-americanos, inclusive o Brasil. O abandono das propostas desenvolvimentistas e a adoção de reformas de Estado de cunho neoliberais foram a base da nova política interna e externa dos países do continente Americano. No caso brasileiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso, imbuído da diplomacia presidencial, foi exemplar em apresentar pessoalmente ao mundo crescentemente competitivo o “novo Brasil”, naquele momento marcado pelas reformas estruturais e pela estabilidade e abertura econômica.

O governo brasileiro, comprometido com a nova agenda política e econômica, reforçaria o ideário do Estado Normal, resultando no aumento da vulnerabilidade externa do país e no aprofundamento de sua dependência financeira e tecnológica. Neste sentido, o Estado Normal revelou-se destrutivo para o Brasil, tanto no aspecto econômico como no

político, pois não apenas fragilizou o núcleo central da economia brasileira, quando protegeu o capital estrangeiro sem pedir nenhuma compensação, resultando no desequilíbrio entre os interesses internos e externos, como debilitou a autonomia da política externa brasileira, momento em que a submissão aos interesses das grandes potências se sobrepôs aos interesses nacionais, historicamente defendidos pelo Itamaraty.

Mas, vale ressaltar que, em que pese os ajustes neoliberais e a convergência com as medidas postuladas pelo *Consenso de Washington* – como privatizações, controle das contas públicas, desregulamentação e abertura de mercados internacionais –, a política externa de Fernando Henrique Cardoso não deixaria de contrariar alguns interesses dos Estados Unidos que merecem ser apontados. A ALCA é um exemplo da divergência brasileira em relação aos propósitos estadunidenses para a América Latina. Muito embora, em dezembro de 1994, na reunião da Cúpula das Américas, em Miami, o Brasil tenha sido praticamente obrigado a participar das discussões para a negociação da ALCA, para evitar uma posição isolada, o país representou a maior e mais consistente resistência ao projeto norte-americano de criação da ALCA. O posicionamento a favor de uma política externa multilateral para a condução das relações econômicas-comerciais e a defesa dos planos de integração regional marcaram a posição brasileira neste encontro. Há que se ressaltar que num cenário latino-americano de absoluta convergência com os interesses do Consenso de Washington e do Estado Normal, a oposição brasileira em relação a ALCA representou um momento de resgate da competente e histórica autonomia da política externa formulada pelo Itamaraty.

Este posicionamento se torna mais significativo quando observamos a importância do Brasil no contexto econômico e político na América do Sul. Para os Estados Unidos, sem a adesão do Brasil na ALCA, os resultados econômicos não seriam atraentes. Os dados acerca do Mercosul contribuem para ilustrar a importância do Brasil no cenário latino-americano. Ou seja: o Mercosul tem um PIB de “US\$ 1,0 trilhão, o equivalente a mais da metade do PIB de toda a ALADI, da ordem aproximadamente de US\$1,7 trilhão, em 1999” (MONIZ BANDEIRA, 2003:571).

Mesmo com a força e disposição norte-americana em fragilizar e ignorar o Mercosul, procurando negociar separadamente com cada país que formaria a ALCA, a proposta de avançar no caminho da integração regional, sobretudo aprofundando o Mercosul, foi uma das prioridades da política externa brasileira. A partir de 1994, o Mercosul “adquiriu personalidade jurídico-institucional, como a união aduaneira, para os países membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e sua vertente política agregou a Bolívia e o Chile” (VIZENTINI, 2003: 95).

O multilateralismo se concretizaria através de acordos bilaterais com países de diferentes pólos econômicos e políticos. Na esteira destes acordos bilaterais, ressalta-se a relação do Brasil com o NAFTA, com a União Européia, com a China, com os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), com a Índia e com a Malásia.

Muito embora a diplomacia presidencial de Fernando Henrique tenha se esforçado em ampliar as relações comerciais e políticas com os países emergentes, a prioridade brasileira, no entanto, continuava sendo as Grandes Potências e os Organismos Internacionais. Conforme observa Vizontini, muitos acordos foram descumpridos pelo Brasil ao primeiro sinal de problema. Como exemplo, ressalta-se o caso da Índia, quando o Brasil “renunciou unilateralmente ao acordo de cooperação tecnológica com a Índia quando este país realizou testes atômicos” (VIZENTINI, 2003:97).

A atitude brasileira em priorizar a relação com as Grandes Potências e com os Organismos Internacionais estaria de acordo com o novo conceito de multilateralismo, que a partir dos anos 1990 passou também a representar o ideário neoliberal. Um dos traços daquele novo conceito de multilateralismo foi a excessiva dose de idealismo. O mundo interdependente e globalizado passou a ser visto pelos governos afinados com o novo ideário como um espaço “feito de regras justas, transparentes e benéficas para todos”. (CERVO, 2008:102) Este idealismo é característico dos governos neoliberais da década de 1990. Como notaria o historiador Amado Cervo “em determinado momento se percebe que pode ultrapassar o idealismo e atingir o nível da fé, longe da racionalidade” (2008:102).

Coube, assim, a Fernando Henrique Cardoso, com sua habilidosa diplomacia presidencial, colocar o Brasil em sintonia com a globalização e com o multilateralismo marcado pela “visão de um mundo harmonioso e padronizado, cujo ordenamento brotaria da negociação” (CERVO, 2008:103). Esta percepção de ordem internacional se revelou utópica, pois correspondeu muito mais a um desejo dos chefes de Estados das Grandes e Médias Potências do que a realidade política e econômica do mundo pós-Guerra Fria.

Com foco na aproximação e na adaptação brasileira as demandas internacionais, a política externa de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, ratificou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Segundo a avaliação, demasiadamente otimista, do Ministro das Relações Exteriores da época, Luiz Felipe Lampreia, esta foi uma atitude de grande importância e visibilidade para o Brasil, especialmente pelo fato de ter terminado com os problemas e constrangimentos que prejudicavam a inserção internacional do país (CORREIA, 1999:13-14). Vale registrar que a percepção do Ministro Lampreia acerca da atuação da política externa brasileira nesta questão, está longe de ter ser consensual entre os

especialistas na área. Observa-se, de fato, que a estratégia política do Brasil em ser signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi inócua do ponto de vista objetivo e prático, pois não representou nenhuma melhoria ou novas possibilidades econômicas e políticas para o país no cenário internacional. Talvez esta atitude tenha apenas reforçado a imagem de chefe de Estado do presidente Fernando Henrique Cardoso. A posição do governo brasileiro com relação ao TNP demonstraria, enfim, submissão aos interesses internacionais, sobretudo norte-americanos. Lembremos que, no dizer de Oliveiros Ferreira, “a decisão de chegar ao domínio completo do ciclo do átomo e de dotar o país de tecnologia de foguetes, era, estou convencido, uma política de Estado” (FERREIRA, 2001:21).

Cabe ressaltar, por fim, que a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em julho de 1998, ocorreria num momento em que uma das marcas do governo era exatamente a inexistência de um projeto nacional que fosse estratégico na área de tecnologia bélica. O Brasil e a Diplomacia Presidencial da era FHC estabelece, desta forma, uma inflexão na política externa brasileira. Com os investimentos do Estado sendo gradativamente retirados das áreas estratégicas e um comportamento pró-ativo em abandonar as antigas políticas do Itamaraty, o país ao aceitar ser signatário do TNP, caminharia na contramão da política externa autônoma que marcou vários governos brasileiros ao longo, sobretudo, da segunda metade do século XX.

Referenciais Bibliográficos

- ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e Política Externa Brasileira**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil. História, Economia e Política de Getúlio a Lula**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CERVO, Amado Luiz (org.) **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 até os nossos dias**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.
- _____. A política exterior da Argentina: 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Argentina: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.
- _____. **Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CORREIA, L. F. Seixas. O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 42, nº 1, 1999.
- FERREIRA, Oliveiros S. **A Crise da Política Externa: Autonomia e Subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FONSECA Jr, Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. **Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem**

Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAQUARIBE, Hélio. **Reflexões sobre o Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KENNEDY, Paul. **Preparando-se para o século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LAFER, Celso. A Política Externa no Governo Collor. In: **Revista de Política Externa**, São Paulo: Paz e Terra/USP, V.1, n.4 Março, Abril, Maio de 1993.

_____. Dilemas da América Latina num Mundo em Transformação. In: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo: Centro de Estudos Contemporâneos, n.18, 1989.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina.** São Paulo, Ensaio, 1993.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplici Aliança ao Mercosul. 1870-2003.**

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

VIZENTINI, Paulo. **Os Dez Anos que Abalaram o Século XX.** Porto Alegre: Novo Século, 2002.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo: Fundação Perseu Abrama, 2003.